



FUNDAÇÃO PARQUE DE ALTA TECNOLOGIA DA REGIÃO DE IPERÓ E ADJACÊNCIAS - 'P A T R I A'				
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 31/12/2016 - R\$				
ATIVO		Notas Explic.	2016	2015
1.1	Circulante		110.058.973,52	38.414.069,93
1.1.1	Disponibilidades		109.472.155,26	37.140.293,65
1.1.1.01	Caixa Geral		37,39	69,63
1.1.1.02	Bancos Conta Movimento - Recursos Livres	7.1	648,27	3.416,33
1.1.1.03	Bancos Conta Movimento Recursos de Terceiros	7.2	5.047,38	234.995,47
1.1.1.04	Bancos Conta Movimento - Recursos c/ Restrições	7.3	37.885,31	7.356,12
1.1.1.05	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Recursos Livres	7.4	1.393.047,61	2.142.141,03
1.1.1.06	Aplic. Financ. de Liquidez Imediata - Recursos de Terceiros	7.5	96.084,29	89.040,36
1.1.1.07	Aplic. Financ. de Liquidez Imediata - Recursos c/ Restrições	7.6	107.939.405,01	34.663.274,71
1.1.2	Creditos a Receber - Faturas	8	546.939,37	813.027,36
1.1.2.01	Valores a Receber - Conta Convenios		546.939,37	813.027,36
1.1.3	Outros Creditos	9.	35.822,38	456.520,16
1.1.3.01	Outros Creditos a Receber		102,68	202.500,00
1.1.3.02	Adiantamento a Empregados		15.928,62	0,00
1.1.3.03	Adiantamentos aos Convenios		0,00	249.142,88
1.1.3.04	Creditos Tributarios a Serem Compensados ou Ressarcidos	9.3	19.551,08	4.877,28
1.1.3.05	Adiantamento para Desp. Diversas		240,00	0,00
1.1.4	Despesas do Exercicio Seguinte		4.056,51	4.228,76
1.2	Ativo Não Circulante		368.550,23	965.507,91
1.2.2	Imobilizado	10.2	366.712,65	449.345,63
1.2.2.01	Imobilizações	10	919.770,66	952.873,22
1.2.2.09	(-) Depreciação Acumulada		553.058,01	503.527,59
1.2.3	Intangível		1.837,58	1.837,58
1.2.5	Bens de Convenios a Patrimoniar	11	0,00	514.324,70
TOTAL DO ATIVO			110.427.523,75	39.379.577,84

FUNDAÇÃO PARQUE DE ALTA TECNOLOGIA DA REGIÃO DE IPERÓ E ADJACÊNCIAS - 'P A T R I A'				
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 31/12/2016 - R\$				
PASSIVO		Notas Explic.	2016	2015
2.1	Circulante	12	109.119.215,22	37.033.883,16
2.1.1	Vinculado ao Fornecimento de Materiais e Serviços		49.699,91	40.687,23
2.1.2	Vinculado a Obrigações Trabalhistas e Tributarias		185.172,50	107.374,10
2.1.6	Outras Obrigações		0,00	42.738,58
2.1.7	Recursos de Convenios e Projetos	18	108.897.208,28	36.843.083,25
2.3	Patrimonio Liquido	13	1.308.308,53	2.345.694,68
2.3.1	Patrimonio Social	1.1	1.663,44	0,00
2.3.2	Superavit ou Deficit Acumulado	13	1.306.645,09	2.345.694,68
TOTAL DO PASSIVO			110.427.523,75	39.379.577,84

 Fundação PARQUE DE ALTA TECNOLOGIA DA REGIÃO DE IPERÓ E ADJACÊNCIAS - 'P A T R I A' DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT CONSOLIDADA EM 31/12/2016 - R\$				
RECEITAS			2016	2015
(=) 4	Receitas	15	488.821,21	1.527.623,60
(+) 4.1	Receitas Ordinarias de Custeio		218.344,31	1.078.842,50
4.1.1	Receitas de Custeio e de Contratos de Gestão		274.569,21	1.204.967,09
4.1.1.01	Receitas com Convenios Ipen		16.712,89	250.709,03
4.1.1.02	Receitas com Convenios CTMSP - IFUSP	15.2	86.000,00	0,00
4.1.1.03	Receitas com Outros Convenios	15.2	120.075,13	943.765,63
4.1.1.05	Receitas de Doacoes e Contrib. do Setor Privado		10.489,64	65,00
4.1.1.06	Receitas com a Prestação de Serviços		41.291,55	10.427,43
4.1.2	(-) Deducoes das Receita Bruta		56.224,90	126.124,59
4.1.2.04	(-) Impostos Incidentes sobre Serviços		16.456,85	84.124,59
4.1.2.05	(-) Outras Deduções das Receitas	20.a	39.768,05	42.000,00
4.2	Receitas Financeiras e Patrimoniais		124.166,71	126.368,38
4.3	Outras Receitas		146.310,19	322.412,72
4.3.1.	Recuperações		146.310,19	322.412,72
4.3.1.01	Reversões e Restituições		39.704,29	322.412,72
4.3.1.02	Baixa do Passivo Tributario - Isenção	20.b	106.605,90	322.412,72
(=)	Variação Patrimonial Bruta = Superávit Bruto		488.821,21	1.527.623,60

 FUNDAÇÃO PARQUE DE ALTA TECNOLOGIA DA REGIÃO DE IPERÓ E ADJACÊNCIAS - 'P A T R I A' DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT CONSOLIDADA EM 31/12/2016 - R\$				
DESPESAS			2016	2015
(-) 3	Custos e Despesas	17	1.310.589,59	1.477.935,17
3.1	Recursos Humanos		832.022,05	830.038,71
3.1.1	Despesas de Pessoal com Vinculo Empregaticio		410.603,89	373.588,17
3.1.1.01	Remuneracao do Pessoal		254.682,96	243.495,24
3.1.1.02	Beneficios com o Pessoal		30.816,07	32.392,39
3.1.1.03	Encargos Sociais		125.104,86	97.700,54
3.1.2	Recursos Humanos Externos		421.418,16	456.450,54
3.1.2.01	Despesa com Pessoal sem Vinculo Empregaticio		421.418,16	456.450,54
3.2	Despesas Gerais e Administrativas		257.975,88	241.090,10
3.2.1	Despesas Administrativas		245.894,47	226.605,56
3.2.1.01	Apoio Administrativo		182.656,74	162.964,57
3.2.1.02	Ocupação de Infra-Estrutura		29.628,54	40.100,55
3.2.1.03	Servicos de Comunicacao		12.446,60	14.550,08
3.2.1.04	Despesas Financeiras		21.162,59	8.990,36
3.2.2	Custos e Despesas Gerais		12.081,41	14.484,54
3.8	Provisionamento		167.047,20	401.089,67
3.8.1	Depreciação e Amortização		44.583,29	62.842,77
3.8.2	Despesas Tributarias		122.463,91	338.246,90
3.9	Despesas Extraordinárias		53.544,46	5.716,69
3.9.1	Perdas na Baixa de Bens e Direitos do Ativo		6.359,34	0,00
3.9.2	Despesas Filantrópicas e Premios	20.d	6.833,26	5.716,69
3.9.3	Creditos Não Recebíveis ou Não Recuperados		40.351,86	0,00
(=)	Variação Patrimonial do Período = Superávit/Déficit Líquido		(821.768,38)	49.688,43



FUNDAÇÃO PARQUE DE ALTA TECNOLOGIA DA REGIÃO DE IPERÓ E ADJACÊNCIAS
CNPJ nº 71.558.068/0001-39

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2016

I - CONTEXTO OPERACIONAL

1 – A Fundação Parque de Alta Tecnologia da Região de Iperó e Adjacências – “**Fundação PÁTRIA**”, é uma entidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com sede própria instalada no Município de Iperó, Estado de São Paulo, instituída em 15/10/1992 pela Prefeitura Municipal de Iperó, consoante Convênio nº 04/90 celebrado em 02/03/1990 pelos Ministérios da Marinha e da Ciência e Tecnologia e a Prefeitura Municipal de Iperó, de acordo com a Lei Municipal nº 06/90 de Iperó, promulgada em 08/02/1990; com prazo de duração indeterminado.

1.1 – Como dotação inicial, a Prefeitura de Iperó, doou o terreno com área de 2.824,29 m² no loteamento denominado Portal do Cedro, bairro de mesmo nome na Rua José Antonio Scaciota, onde posteriormente a Fundação PÁTRIA construiu a sua Sede própria com área edificada de 643,84 m², averbada no Cartório de Registro de Imóveis de Boituva sob nº Av.2.M.1.091 em 14/06/2010, conforme “habite-se” 004/2007 em 08/05/2007 e Inscrição Cadastral no IPTU sob o nº 03.0030.000.001.00.1.03; valor do terreno R\$ 1.663,44 e da construção R\$ 535.561,03 e valor total R\$ 537.224,47.

2 – É regida pelo seu Estatuto Social, pelo seu Regimento Interno, pelas normas legais pertinentes e pelo novo Código Civil (Lei 10.406/2002, Título II, Capítulo III, artigos 62 a 69); tendo como finalidade precípua criar condições para facilitar a instalação de indústrias de Alta Tecnologia na Região de Iperó/SP, prioritariamente aos empreendimentos da área nuclear, de novos materiais, de mecânica de precisão, de instrumentação de química fina, de sistemas informatizados de controle; finalidade científica, educacional ou de promoção do meio ambiente; sem prejuízo de outras áreas de interesse de desenvolvimento da região, elevando, desta forma, o grau de interação de alta tecnologia entre o Sistema Nacional de Desenvolvimento e Tecnologia e o setor produtivo da região.

3 – Na consecução de sua finalidade, sem prejuízo de outras atividades que vierem a ser desenvolvidas com esse mister, a FUNDAÇÃO PÁTRIA tem como meta inicial propiciar apoio à programas de criação de cursos de nível técnico, de tecnólogo, de engenharia, de mestrado e de doutorado nas áreas de materiais avançados de mecânica de precisão e de instrumentação e controle; podendo celebrar contratos e convênios com entidades públicas e privadas, na forma estipulada no Regimento Interno, podendo ainda estipular taxas pelos serviços que vier a prestar a pessoas ou instituições em condições de satisfazer os pagamentos e inclusive aplicar no mercado financeiro eventuais superávits ou parte deles, revertendo-se o resultado em seu próprio benefício patrimonial.

4 – Dentro desse contexto é uma instituição de caráter científico, educacional e cultural, presta serviços essencialmente para os quais foi constituída e os colocam à disposição do grupo de pessoas à que se destina, sem fins lucrativos. Ao apresentar superávit em determinado Exercício, destina-o, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais; ou seja, “o resultado positivo não é destinado aos detentores do Patrimônio Líquido Social e o lucro ou prejuízo são denominados respectivamente de superávit ou déficit” (NBC ITG 2002).

II – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

5 – A gestão contábil, de uma maneira geral, segue os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, elaboradas pelo Conselho Federal de Contabilidade, disciplinadas pelas normas, que estabelecem critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros contábeis e de estruturação das demonstrações contábeis, mais específicas às Fundações e/ou às entidades sem finalidade de lucro.

As demonstrações contábeis são preparadas para fornecer informações de forma regular e tempestiva; possibilitando o acesso das informações aos objetivos, estrutura e atividades executadas, apreciação das transações realizadas durante o exercício social e uma posição contábil ao final do ano.

Eventualmente, legislações específicas podem contrariar os preceitos emanados; entretanto as normas e preceitos foram seguidos de acordo com as normatizações legais, e conforme o caso, as informações também foram preparadas com base em registros auxiliares apoiados no sistema de processamento e controle financeiro desenvolvido especificamente por esta entidade.

6 – As receitas e despesas foram reconhecidas, mensalmente, respeitando em especial os Princípios da Oportunidade, da Competência e Registro pelo Valor Original (custo corrente e ou valor realizável). Eventuais doações recebidas, quando ocorrem, são feitas de forma incondicional pela iniciativa privada via depósitos em conta corrente bancária e são contabilizadas em conta de receita, totalmente aplicadas no custeio desta entidade.

7 – Bancos Conta Movimento e Aplicações Financeiras : Recursos Livres, Recursos de Terceiros e Recursos com Restrições

7.1 – Recursos Livres : são saldos disponíveis em conta corrente, próprios da sede, para serem movimentados livremente;

7.2 – Recursos de Terceiros : são saldos disponíveis em conta corrente, dos Convênios com CPFL, Ipen 1, Ipen 2, Vale USP e Ipen Geral;

7.3 – Recursos com Restrições : são saldos disponíveis em conta corrente, dos Convênios FINEPs e demais convênios.

7.4 – Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos Livres : são saldos disponíveis em contas de aplicação financeira de rápida liquidez, próprios da sede, para serem movimentados livremente;

7.5 – Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos de Terceiros : são saldos disponíveis em conta de aplicação financeira de rápida liquidez, do Convênio com CPFL e Vale USP;

7.6 – Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos com Restrições : são saldos disponíveis em conta de aplicação financeira de rápida liquidez, dos Convênios FINEPs e demais convênios.

As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos, apresentando os saldos líquidos, segregados do imposto de renda incidente sobre o ganho, apropriados com base no regime de competência até a data do encerramento do balanço; não tendo sido constituída provisão para perdas por se tratar de aplicações de liquidez imediata, sem risco; isto é, não realizando operações envolvendo instrumentos financeiros com a finalidade especulativa.

8 – Créditos a receber - Faturas: são constituídos por valores a receber de crédito dos convênios estabelecidos IPEN 1, IPEN 2, CPFL, CNEN/Eletronuclear 116, Vale USP e próprios, de natureza de curto prazo desses mesmos convênios, respectivamente referentes aos documentos fiscais pagos e às notas fiscais de prestação de serviços emitidas, conforme convenio ou contrato mantido entre as partes; não mantendo a provisão para devedores duvidosos, por força da finalidade social e dos próprios convênios ou contratos mantidos, cujos recebimentos em grande maioria são tidos como líquidos e certos, eventualmente sendo deduzido algum crédito vencido e ainda não liquidado ou fatura cancelada após ter sido registrada contabilmente.

9 – A rubrica Outros créditos é composta da seguinte forma: **9.1**- o valor de R\$ 202.500,00 é a destinação que encontrava-se a receber em 31/12/2015 e que foi realizada em 08/abril/2016, para a conta do Finep Indivisível (recurso livre) proveniente de verba do Convênio Finep 24 Convênio nº 01.14.0240.00 – 1ª Etapa, em contrapartida de contribuição para custeio das atividades operacionais; **9.2**- saldo no valor de R\$ 249.142,88 de adiantamentos aos Convênios (Ipen 1, Ipen 2 e CPFL) mantidos por esta entidade com as instituições mencionadas na **nota 8** e são pagamentos de gastos efetuados através da conta corrente bancária, pelos próprios convênios e, que foram baixados no ano corrente; **9.3**- créditos tributários constituídos por tributos retidos a recuperar e ou a compensar no valor de R\$ 19.551,08.

10 – Bens Imobilizados: estão demonstrados pelo custo de aquisição ou valor original, não tendo sido procedida a correção monetária do balanço nos exercícios anteriores e atual justamente pela sua vedação legal. Cabe salientar, que esta entidade tem por prática imobilizar o estritamente necessário ao bom desempenho e execução de seus objetivos sociais. No Exercício de 2016 não foram adquiridos novos bens, entretando como veremos adiante o saldo dessa conta passou de R\$ 952.873,22 em 31/12/2015 para R\$ 919.770,66 em 31/12/2016, em vista de alguns ajustes apontados em Auditoria realizada em 2016.

A construção da sede própria encontra-se averbada no respectivo terreno, como já mencionado no início, cujo valor está registrado na conta Terrenos e na conta Prédios e Edificações Sede Própria do Balanço Patrimonial. O seu valor atual de mercado, segundo estimamos está na ordem de R\$ 750.077,60.

A depreciação dos bens, iniciada em 2010 e retroagida a 2009, está calculada à taxa anual, fixada em função do prazo durante o qual se possa esperar a utilização econômica do bem, conforme as taxas fixadas e estabelecidas na legislação fiscal e anexos i e ii da INSRF nº 162/1998.

Esta entidade, por motivos econômicos, não fez levantamento dos Bens Imobilizados ao preço médio de mercado, bem como expectativa de vida útil, com finalidade de apurar o valor residual de cada bem, pois conforme seus Estatutos Sociais não possui finalidade de lucro e também não tem como hábito alienar bens; quando muito, quando necessária a troca, faz permuta para aquisição de bem novo como é o caso de veículos.

10.1 - Baixa de Bens : não ocorreu baixa de bens no ano de 2016.

10.2 - Composição das Imobilizações na data do Balanço Patrimonial em 31/12/2016 comparativa a 2015:

Descrição dos Bens Imobilizados	31/12/2016 – R\$	31/12/2015 – R\$
Predios e Edificações Sede Própria	537.224,47	537.224,47
Ajuste Contábil (Terreno)	(1.663,44)	0,00
Saldo da Conta	535.561,03	537.224,47
Terreno	1.663,44	0,00
Veículos	177.756,56	177.756,56
Ajuste Contábil	(33.102,56)	0,00
Saldo da Conta	144.654,00	177.756,56
Móveis e Utensílios	4.019,00	4.019,00
Equiptos. de Comunic. e Informática	95.074,94	95.074,94
Máquinas e Equipamentos	138.798,25	138.798,25
Valor Original total das Imobilizações	919.770,66	952.873,22
(-) Depreciação Acumulada	(553.058,01)	(503.527,59)
Imobilizado Geral Após a Depreciação	366.712,65	449.345,63

11 – Bens a Patrimoniar: os valores dos bens apresentados até o Balanço/2015, conforme os convênios, projetos e programas firmados, correspondem a bens em uso para desenvolvimento dos projetos objeto dos convênios e são transferíveis aos respectivos centros conveniados pelo valor original de aquisição, após deliberação em reunião da Diretoria Executiva.

11.1 – De 2016 em diante, inclusive em comum concenso com a contabilidade, auditoria e diretoria executiva, os saldos contábeis de 2015 de cada uma das contas de bens a patrimoniar dos convênios, foram revertidos às respectivas contas de recursos aplicados de cada um, pois o bem, individualmente, é adquirido com recurso do próprio convênio e seu uso, conservação, manutenção e emprego pertencem à eles próprios.

11.2 – Esta Fundação implementará novos controles de gerenciamento referentes à destinação e alocação, uso e manutenção desses bens.

12 – Passivo Circulante: Os valores deste grupo estão apresentados por valores conhecidos e calculáveis.

13 – O Patrimônio Líquido Social está representado pelo Superávit Acumulado dos exercícios encerrados até a data das Demonstrações Financeiras e Contábeis (Superávit Acumulado de Exercícios Anteriores e Superávit do Exercício); tendo apresentado em 31/12/2015 o saldo de R\$ 2.345.694,68 e, já na mesma data em 2016 o valor de R\$ 1.308.308,53 incluindo o Déficit apresentado em 2016 no valor de R\$ 821.768,38 e R\$ 217.281,21 referente saldo devedor de ajustes contábeis pertencentes ao exercício anterior e mais a reversão do terreno doado em 1990, cujo valor de R\$ 1.663,44 estava junto com o saldo da conta Prédios e Edificações da Sede Própria e foi destacado, conforme as notas de nºs. 1 e 1.1 já explicadas no início destas.

13.1 – Os Ajustes de Exercício anteriores, foram ajustes contábeis necessários, como por exemplo, o de maior relevância o valor de R\$ 206.649,37 entre outros de menores valores e que foram revertidos do resultado apurado de 2015 em contra-partida à outras contas contábeis em 2016.

14 – Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Período: a prática contábil adotada é pelo regime de competência.

15 – As receitas da entidade são apuradas através de emissões de faturas de prestação de serviço, à medida que os serviços vão sendo realizados através dos Termos de Acordos de Parceria em Projetos de Participação e Desenvolvimento, os quais solicitam a emissão das respectivas faturas de serviços, apropriando-se um percentual separada e, espontaneamente já previsto em cada Termo de Acordo; ou seja: 25,00% do total

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2016

faturado; incluída nesses percentuais a Contribuição para Custeio da Finalidade Social – COFINS à alíquota incidente pelo regime cumulativo e o ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, cuja isenção como em anos anteriores, foi mantida para o Exercício de 2016 pela Prefeitura Municipal de Iperó, devido a finalidade de objeto social da Fundação PATRIA que não visa lucros. O PIS – Programa de Integração Social incide sobre a remuneração dos empregados na Folha de Pagamento mensal à alíquota de 1,00%.

15.1 – Eventualmente pode ocorrer despesa tributária com o ISSQN, que conforme legislação do ISS o serviço executado fora do Município sede do estabelecimento prestador, dependendo da sua natureza, poderá sofrer retenção que será recolhido ao Município sede do tomador do serviço.

15.2 – Parte de alguns Recursos Públicos, em conformidade com o estabelecido no art. 10 da Lei nº 10.973/04, denominada “Lei de Inovação”, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor dos recursos federais solicitados ao projeto, conforme relatado na sequência desta nota, foi recebida e contabilizada como receita na conta de Receita com Contribuição para Custeio recolhidas por alguns Convênios e também por alguns Projetos de Termos de Acórdos de Parceria em Projetos de Participação e Desenvolvimento, pois têm a finalidade de ressarcimento de despesas operacionais realizadas e suportadas pela Fundação PATRIA com os Convênios FINEP e Termos de Acórdos, durante a execução dos programas/projetos e tendo contribuído os Convênios: IFUSP com R\$ 86.000,00; CNEN/Eletr. com R\$ 93.681,05; Petro III com R\$ 26.394,08; Vale USP com R\$ 10.454,64 e FINEP 17 com R\$ 23.201,84, tendo sido devolvido ao Convênio Ipen 2-BNDES Ozônio o valor de R\$ 11.768,05 que pagou a maior em 2015.

16 - Em 2016 foram celebrados novos convênios FINEP e Termos de Acórdos de Parceria em Projetos de Participação e Desenvolvimento, conforme especificado na nota nº 18, logo abaixo.

17 – As despesas e ou gastos desta entidade são efetuadas mediante autorização da Diretoria Executiva, e comprovadas com apresentação de notas fiscais, duplicatas, recibos, boletos bancários, afora as despesas e tarifas bancárias reconhecidas através de conciliação das contas correntes baseadas nos respectivos extratos mensais; todas elas lançadas no sistema financeiro, cujos relatórios emitidos periodicamente, também são utilizados como apoio e suporte para as informações contábeis.

18 – Novos Recursos de Convênios FINEP e Termos de Acórdos de Parceria em Projetos de Participação e Desenvolvimento:

18.1 - Esta entidade recebeu novos recursos no ano de 2016, para aplicação nos convênios em execução, mantidos com o Ministério da Ciência e Tecnologia e que são repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento diretamente nas contas de gestão de cada convênio por ordem bancária em conta no Banco do Brasil: 1. FINEP 17 – Nº 01.09.0546.00 : R\$ 1.037.760,00 – Objeto : “Materiais Estratégicos”; 2. FINEP 22 – Nº 01.13.0389.00 : R\$ 9.140.145,24 – Objeto : “Adequação das instalações para fornecimento de combustível para o Reator Multipropósito Brasileiro - RMB”; 3. FINEP 24 - Nº 01.14.0240.00 : R\$ 67.650.000,00 – Objeto : “Projeto Detalhado de Engenharia do Reator RMB (Reator Multipropósito Brasileiro)”; 4. FINEP 20 – IND. ESPER - Nº 01.12.0314.00 : R\$ 40.000,00 – Objeto : “Desenvolvimento de um fluoroelastômero que suporte os eventos de descompressão causados pela presença de gás carbônico super crítico”

18.2 – BNDES 1 COMTE. MOTTA – Nº 14.2.0784.1 – Objeto : “Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento e em Infra-estrutura Associada ao P&D, destinados à construção do LaMP (Laboratório de Microondas de Potência” R\$ 1.843.673,22.

18.3 – PETRO III – Objeto: “Uso da Tecnologia de Micro-ondas na Intensificação do Processo de Hidrotratamento de Destilados Médios” : segunda parcela R\$ 554.275,62.

18.4 – CTMSP/PLANOS DE TRABALHO em 2016, no valor total de R\$ 651.277,24.

Por outro lado, o convênio FINEP 3 foi encerrado em janeiro/2016 por concretização dos seus objetivos com a prestação final de contas já entregue e aguardando a aprovação e a carta quitação final pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Da mesma forma, também foram encerrados os seguintes Termos de Acórdos de Parceria em Projetos de Participação e Desenvolvimento: 1. Ipen 2-BNDES-Ozônio; 2. BNDES 2 (Comte. Ana Maria) e 3. CTMSP-Planos de Trabalho com prestação de contas final: 120-001/2016; 430-01/2015; C5-001/2015; C5-001/2016; 152-001/2016 e nº 212.

Todos esses recursos são destinados exclusivamente para aplicação em projetos e programas experimentais científicos e tecnológicos, cujas operações são controladas por demonstrativos periódicos e estão contabilizados em separado nas contas dos respectivos Convênios ou Termos de Acórdos de Parceria em Participação e Desenvolvimento, uma vez que não fazem parte das demais operações próprias desta entidade. Ressalta-se que, para estes convênios e termos de acordos, a Fundação PATRIA atua como FUNDAÇÃO DE APOIO, na qualidade de CONVENIENTE. Assim, os ganhos de aplicações financeiras relativos aos valores aplicados, são contabilizados em separado a crédito dessas respectivas contas de Convênios no Passivo Circulante, assim como, contabilizados a débito, o imposto de renda retido na fonte, sem incidência de outros tributos e outras eventuais despesas sobre os respectivos ganhos e os saldos controlados nas contas do Ativo. Esses recursos obtidos para o desenvolvimento de programas e projetos experimentais, vigoram através dos respectivos Convênios por prazos variáveis, controlados por prestação de contas periódicas aos órgãos envolvidos, e os saldos remanescentes a esses prazos, retornam à fonte de origem, seguidos da prestação final de contas.

Ainda, esclarece-se que as despesas bancárias e outras não previstas nos respectivos Planos de Trabalho relativos aos Convênios firmados com essas instituições de fomento, são absorvidas pela Fundação PATRIA.

19 – Outras Informações:

a) Seguros: os valores contratados são em bases técnicas que se estimam adequadas para cobrir ocorrência de eventuais sinistros.

b) Controles Operacionais: Esta entidade continua buscando sempre melhorias em seus controles internos, operacionais e, de sistemas financeiros.

c) Vem procurando também adotar desde o exercício findo em 31/12/2008, em todos os eventuais efeitos relevantes decorrentes da adoção das mudanças contempladas pela Lei 11638/2007, que alteraram ou possam alterar as demonstrações contábeis daquele exercício e dos subsequentes.

d) Em razão dos motivos citados na letra "c" acima, o plano de contas contábil da entidade vem sofrendo alterações, e também, como em anos anteriores, esta entidade, também vem adequando o seu referido plano de contas, elencando-as, conforme o sistema de prestação de contas "SICAP – Sistema de Cadastro e Prestação de Contas da Procuradoria Geral de Justiça – Centro Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis do Ministério Público de São Paulo".

e) As demonstrações contábeis e financeiras consolidadas são apresentadas de forma comparativa com as do exercício anterior.

20 – Gratuidade e Benefícios Tributários Relacionados com as atividades:

a) Educação: foram concedidas através de alguns Convênios mantidos, bolsas de estudos e pesquisa e ressarcimento de diárias à pesquisadores, com consumo de recursos dos próprios convênios e alguns casos com recursos livres desta entidade, todos claramente evidenciados e registrados em contas próprias na demonstração do superávit ou déficit do exercício findo.

b) Renúncia Fiscal de Tributos – Isenções: do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social - CSLL e do Imposto sobre Serviços - ISS; não estando isenta das contribuições Previdenciárias, PIS sobre a Folha de Pagamento e em grande parte da Cofins que incide de forma cumulativa à alíquota de 3% sobre as notas fiscais de prestação de serviço emitidas, cujas contribuições são apuradas mensalmente e recolhidas integralmente.

b.1) A renúncia Fiscal Tributária ou Isenção Tributária, seguindo as orientações, instruções, resoluções e pronunciamentos de normas técnicas; e com base na presunção que as condições para fruição do gozo dos benefícios estão satisfeitas utilizando da essência econômica sobre a forma para extinguir o passivo tributário, antecipando-se à homologação do tributo fazendo coincidir no mesmo período a despesa tributária e o benefício da isenção, uma vez que é reconhecido que esta entidade satisfaz às condições para fruição do tributo respectivo. Cabe ressaltar, que embora os valores transitem pelo passivo em contas de tributos a recolher em suspenso e respectivamente iguais valores em determinadas contas de despesa e receita, não alteram o resultado do superávit e ou déficit da entidade, com a função de apenas registrar esses benefícios.

Assim foram calculadas (em R\$) da seguinte forma:

b.1.1) Receitas com Convênios (Faturas de Prestação de Serviço Emitidas) e Próprias (Demais Clientes) = R\$ 503.402,41

b.1.2) Receitas com Contribuições de Convênios e de T. Parceria para Custeio, Recuperações = R\$ 152.133,37

b.1.3) Rendimentos de Aplicação Financeira de Renda Fixa e Poupança = R\$ 128.104,79

b.1.4) I.R.R.F. sobre os Rendimentos de Aplicação Financeira = R\$ 3.938,08

b.1.5) Bases para cálculo da Presunção:

Bases = (503.402,41 + 152.133,37) = R\$ 655.535,78

Presunção CSLL e IRPJ (alíquota de 32,00% sobre 655.535,78) = R\$ 209.771,44

Receita de Aplicação Financeira = R\$ 128.104,79

b.1.5.1) Cálculo da Contribuição Social e do Imposto de Renda por Presunção:

Base de Cálculo : (209.771,44 + 128.104,79) = R\$ 337.876,23

b.1.5.1.1) CSLL à 9,00% = (337.876,23 x 9%) = R\$ 30.408,86

IRPJ à 15,00% = (337.876,23 x 15%) = 50.681,43

Adicional do IRPJ à 10,00% (337.876,23 (-) 240.000,00 = 97.876,23) = R\$ 9.787,62

(-) I.R.F. = R\$ 3.938,08

b.1.5.1.2) I.R.P.J. (+) Adicional IRPJ = (50.681,43 + 9.787,62 - 3.938,08) = R\$ 56.530,97

b.1.6) COFINS à 3% = (152.133,37 x 3%) = R\$ 4.564,00

b.1.7) I.S.S.Q.N. à 3% = (503.402,41 x 3%) = R\$ 15.102,07

Segue, um panorama dos valores apurados acima que compuseram a base para apuração da Renúncia Fiscal ou Isenção Tributária:

	Convenio Ipen 1 (Faturas)	Convenio Ipen 2 (Faturas)	Contrato CPFL (Faturas)	Convênio CNEN/Eletronuclear 116 (Faturas)	Convênio Vale USP (Faturas)	Fundação PATRIA - Sede (Faturas Próprias – Demais Clientes)	Contribuição para Custeio da Atividade : (Outros Convênios e Parcerias e, Recuperações)	Fundação PATRIA : Receita de Aplic. Financeira
Notas Fiscais de Serviço Emitidas / Recibos R\$	36.961,56	29.890,00	0,00	275.532,50	119.726,80	41.291,55	256.269,06 (-) 93.681,05→C NEN/ELETR (-) 10.454,64→VA LE USP = 152.133,37	128.104,79 (I.R.F. = 3.938,08)

c) Trabalho Voluntário: Os serviços prestados pelos membros dos órgãos da administração e do conselho desta entidade, não são remunerados, ou seja, sem o consumo de ativo e sem mensuração de valores. Os cargos são estatutários.

d) Filantropia e Premio de Incentivo a Cultura: à medida do possível e dentro de sua realidade econômico-financeira, além de obediência aos seus Estatutos Sociais e Regimento, observados criteriosos conceitos e pré-análises, neste ano, foi concedida a contribuição o valor de R\$ 78,69 para a Festa Julina da Creche Municipal Alexis Soares Nacif Centro de Educação Infantil, à título de filantropia.

e) Por motivo de habituação foram concedidos: 1) em novembro/2016 o 9º Prêmio Fundação PATRIA com a aquisição ao valor de R\$ 3.079,90 - Fornecedor: Magazine Luiza S.A., dois notebooks AcerAspire ES1-431-C494-Intel - QuadCore 4 GB - 500 GB Led e, 2) em dezembro/2016 ao Projeto Jovens Talentos - 1ª Edição, com as seguintes aquisições : 2.1) compra em Setembro de 2016, no valor R\$ 3.674,67, do Fornecedor: MVX Comércio Eletrônico Ltda., dez tablets M9/Quad Core Android 4.4, WIFI 9,8 GB preto Multilaser, para premiação estímulo de novas vocações em ciências através do desenvolvimento de projetos criativos e inovadores para jovens pré-universitários durante a "Feira de Ciências da Rede Pública de Ensino do Município de Iperó", de modo a identificar os "Jovens Talentos" de Iperó e Adjacências.

21 – A Previsão de receitas para o próximo ano, conforme Proposta de Plano de Trabalho elaborado em 06/10/2016, é R\$ 1.672.976.02 distribuídos conforme abaixo:

21.1 – Receita oriundas de atividades de fomento ao desenvolvimento e inovação prestadas

21.1.1 - pelo CTMSP : R\$ 200.000,00

21.1.2 - pelo Ipen : R\$ 200.000,00

21.2 – de Convênios com o FINEP : R\$ 815.656,00

21.3 – de Convênios com o BNDES : R\$ 286.242,00

21.4 – de outros Convênios

21.4.1 – Convênio Ipen/Eletronuclear/PATRIA : R\$ 126.744,95

21.4.2 – Convênio PETROBRAS/CNEN/PATRIA : R\$ 38.890,94

21.4.3 – Convênio Vale/USP/PATRIA : R\$ 5.442,13

CARLOS ALBERTO REZENDE MARTINS
DIRETOR PRESIDENTE

NELSON CUSTÓDIO FER
DIRETOR EXECUTIVO

WALTER DOS SANTOS DUARTE JUNIOR
DIRETOR TESOUREIRO

JOSÉ CARLOS DE MELO
CRC 1SP109621/O-0